

Coordenação

VIVIANE NÓBREGA MALDONADO

RENATO OPICE BLUM

Comentários do **GDPR**

Regulamento Geral de Proteção
de Dados da União Europeia

Alessandra Borelli

Andriei Gutierrez

Caio César Carvalho Lima

Camila Rioja Arantes

Camilla do Vale Jimene

Fabricio da Mota Alves

Luís Fernando Prado Chaves

Renato Opice Blum

Rony Vainzof

Viviane Nóbrega Maldonado

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Sumário

Sobre os coordenadores	9
Sobre os autores	11
Introdução	21
Objeto, Aplicação material e Aplicação territorial	23
<i>Caio César Carvalho Lima</i>	
1. Objeto da legislação e principais objetivos	23
2. Aplicação material do Regulamento	26
3. Aplicação territorial do Regulamento	29
3.1. Aplicação a estabelecimentos localizados na União.....	29
3.2. Aplicação a estabelecimentos não localizados na União	31
3.2.1. Oferta de bens ou serviços a quem se encontre no território da União	31
3.2.2. Monitoramento do comportamento de titulares na União	33
3.2.3. Aplicação do Regulamento, em decorrência do direito internacional público	35
4. Considerações finais	35
5. Referências bibliográficas	36
Dados pessoais, tratamento e princípios	37
<i>Rony Vainzof</i>	
1. Introdução	37
2. Dados pessoais.....	39

3.	Princípios	47
3.1.	Licitude, lealdade e transparência	50
3.1.1.	Licitude.....	50
3.1.2.	Lealdade	51
3.1.3.	Transparência	53
3.2.	Limitação da finalidade (<i>purpose limitation</i>).....	56
3.3.	Minimização dos dados (<i>data minimisation</i>) e limitação da conservação (<i>storage Limitation</i>)	61
3.4.	Exatidão.....	64
3.5.	Integridade e confidencialidade.....	66
4.	Tratamento de dados pessoais e requisitos para o tratamento	71
5.	Conclusões	79
	Referências	81
	Direitos dos titulares de dados	85
	<i>Viviane Nóbrega Maldonado</i>	
I.	Introdução	85
II.	<i>Background</i> do direito à proteção de dados na Europa.....	87
III.	Os direitos dos titulares dos dados	91
IV.	Limitações	107
V.	Conclusões	108
VI.	Referências bibliográficas	109
	Responsável pelo tratamento, subcontratante e DPO	111
	<i>Luis Fernando Prado Chaves</i>	
	Introdução	112
1.	Responsável pelo tratamento e subcontratante: conceito e obrigações	113
1.1.	Responsável pelo tratamento.....	113
1.2.	Subcontratante	116
2.	Identificando o responsável pelo tratamento e o subcontratante na prática	118
2.1.	Contratação de serviço de <i>marketing</i> direto ou serviço de gestão de pagamentos a funcionários	118

2.2.	Contratação de serviço de <i>marketing</i> , mas contratada agindo como responsável pelo tratamento	119
2.3.	Tratamento de dados realizado por conta de um colaborador ou representante de uma empresa (sem anuência expressa desta)	119
2.4.	Empresas de recrutamento	120
2.5.	Relação entre agência de viagens, companhias aéreas e cadeia de hotéis	120
2.6.	Transferência de dados para o Poder Público em razão de obrigação legal.....	121
2.7.	Redes sociais e comunicadores instantâneos	121
2.8.	Publicidade comportamental.....	122
2.9.	<i>Call center</i>	123
2.10.	Advocacia	123
2.11.	Serviços contábeis	123
2.12.	Relações entre empresas do mesmo grupo empresarial	124
3.	Relação jurídica entre responsável e subcontratante	124
4.	DPO e suas funções	127
4.1.	Quando designar e quem pode ser um DPO.....	127
4.2.	Estruturando o cargo de DPO.....	134
4.3.	Funções e responsabilidades	135
	Conclusão.....	136
	Referências	137

O tratamento de dados de crianças no âmbito do General Data Protection Regulation (GDPR)

Alessandra Borelli

1.	Introdução	139
2.	Coleta e tratamento de dados pessoais de crianças.....	143
3.	Um panorama sobre as providências de Estados membros da União Europeia	148
4.	Confiança e transparência enquanto base primordial de qualquer relação	154
5.	O impacto do GDPR nas instituições de ensino	156
6.	Conclusão.....	164
	Referências	165

Reflexões sobre *privacy by design* e *privacy by default*: da idealização à positivação 169

Camilla do Vale Jimene

1. Reflexões iniciais 169
2. Origem, definições e previsões legislativas 173
3. Princípios do *privacy by design* 178
4. Conclusões 182
5. Bibliografia 183

Avaliação de impacto sobre a proteção de dados 185

Fabricio da Mota Alves

1. Considerações preliminares..... 185
2. Sobre a nomenclatura 187
3. Fundamentos legais..... 188
4. Circunstância de realização da avaliação de impacto 191
5. Papel do encarregado..... 192
6. Obrigatoriedade de realização da avaliação de impacto..... 193
7. Elementos obrigatórios da avaliação de impacto..... 194
8. Outros aspectos legais da avaliação de impacto..... 195
9. Quadro referencial da AIPP 195
10. Sobre a consulta prévia 198
11. Quadro esquemático da consulta prévia..... 198
12. Orientações ao encarregado (*data protection officer*) 200
13. Resumo esquemático..... 202
14. Modelos sugestivos de AIPD 202
15. Diretrizes do Grupo de Trabalho sobre o Artigo 29º..... 203
16. Conclusão..... 211
17. Referências bibliográficas 212

Transferência internacional de dados & estratégias de desenvolvimento nacional 213

Andriei Gutierrez

1. A importância dos dados para o futuro do desenvolvimento econômico e social..... 213

2.	Por uma estratégia de desenvolvimento na era digital.....	216
3.	Como garantir direitos fundamentais em um mundo sem fronteiras?.....	218
4.	Rumo a uma organização internacional da privacidade e do fluxo de dados?.....	224
5.	Bibliografia	225
Autoridades de controle, atribuições e sanções		227
<i>Renato Opice Blum e Camila Rioja Arantes</i>		
1.	Introdução	228
2.	Capítulo VI – Autoridades de Controle Independentes.....	229
	Seção 1 – Independência	229
	Seção 2 – Competência, atribuição e poderes.....	235
3.	Capítulo VII – Cooperação e coerência	243
	Seção 1 – Cooperação	243
	Seção 2 – Coerência.....	245
	Seção 3 – Comitê europeu para a proteção de dados	246
4.	Capítulo VIII – Recursos, responsabilidade e penalidades	248
5.	Bibliografia	251